

Painel

Alto Nível sobre Mainstreaming intervenção nacional

Ministra Nilma Lino Gomes

- A promoção e a proteção dos direitos humanos no mundo enfrentam profundos desafios. A quantidade e a complexidade de temas e situações em consideração pelo Conselho de Direitos Humanos, por si só, demonstram a gravidade do quadro atual.

- Precisamos redobrar nossos esforços para que as iniciativas deste Conselho tenham efeitos concretos na melhora da situação de direitos humanos no terreno e gerem soluções duradouras e estratégias de prevenção efetivas. O Conselho de Direitos Humanos deve agir para reforçar a solidariedade e a cooperação, combater as manifestações de ódio, intolerância, discriminação e indiferença.

- É, assim, fundamental ancorar firmemente a ação internacional no respeito e na defesa dos direitos humanos. Cabe fortalecer o Conselho, zelar por sua legitimidade e eficácia e muni-lo dos meios necessários para o efetivo cumprimento de seu mandato.

FORTALECIMENTO DO DIÁLOGO E DA COOPERAÇÃO

- Entendemos que o Sistema Internacional de Direitos Humanos e, em especial, o Conselho de Direitos Humanos, deve ir além da elaboração de normas e de parâmetros internacionais e do monitoramento de sua observância. É preciso fortalecer sua natureza de vetor de provisão de assistência e de capacitação técnicas.

- Para desenvolver estratégias de prevenção efetivas, não podemos abrir mão do diálogo construtivo, da assistência técnica e da cooperação internacional.

SITUAÇÕES EM PAÍSES

- Ao desenvolver estratégia para a prevenção e o enfrentamento de graves violações de direitos humanos, o Conselho deve considerar, de forma explícita, as causas profundas das crises. Trata-se de condição sem a qual qualquer resposta corre risco de fracassar. Ante a violência e a intolerância, há que se implementar políticas sociais e econômicas que reconheçam explicitamente a centralidade dos direitos fundamentais do indivíduo.

- A garantia dos direitos humanos, a promoção do desenvolvimento sustentável e a realização da paz e da segurança internacionais se entrelaçam e se reforçam mutuamente. A realização universal e equitativa de todos os direitos humanos por todos é, ao mesmo tempo, um atributo e um objetivo do desenvolvimento sustentável; uma garantia e um dividendo da paz e da segurança - jamais um escudo para encobrir interesses que não tenham na proteção da vida e da dignidade do indivíduo o seu propósito central.

- As ações deste Conselho devem guiar-se por esses princípios. O Conselho deve resistir à tentação de hierarquizar violações de direitos humanos. Todas são igualmente condenáveis.

As vítimas de violações são as que mais sofrem as cruéis consequências da hierarquização.

LUTA CONTRA O RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

- As ações empreendidas pelo Brasil contra o racismo e a discriminação racial nutrem-se de compromissos assumidos pelo país na esfera internacional. O combate a essa chaga que se faz presente ao redor do mundo lastreia e projeta a igualdade de direitos e de oportunidades para todos como um vetor de nossa política externa.

- O Brasil tem apoiado esforços orientados ao seguimento da Conferência de Durban, de 2001, assim como de sua Conferência de Revisão, de 2009.

- A Década Internacional dos Afrodescendentes representa oportunidade valiosa para a difusão de experiências de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, assim como para a implantação efetiva da Declaração e do Plano de Ação de Durban. Confere, ainda, visibilidade à situação dos afrodescendentes em todo o mundo e contribui para superar desafios e injustiças históricas.

- Este Conselho não pode deixar passar a oportunidade para promover, ao longo da Década, a IV Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância. Temos, ainda, a expectativa de que, ao final desses dez anos, possamos contar com uma Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Afrodescendentes.

- Tivemos a honra de sediar em Brasília, em dezembro de 2015, com a presença do Alto Comissário para os Direitos Humanos, a Conferência Regional da América Latina e do Caribe sobre a Década Internacional dos Afrodescendentes. Durante a presente sessão do Conselho, o Brasil, em parceria com o Escritório do Alto Comissário, promoverá evento paralelo para apresentar os resultados da Conferência Regional.

- Também merece destaque, durante a presente sessão do Conselho de Direitos Humanos, o painel sobre a incompatibilidade entre a democracia e o racismo.

- A democracia não pode avançar sem a realização equitativa de direitos e sem o enfrentamento a toda forma de discriminação e intolerância. A violência e o ódio baseados em questões raciais são abomináveis. A democracia alimenta-se do respeito e da igualdade de direitos entre todos, sem distinções de gênero, raça, origem, religião, classe, idade, orientação sexual ou de qualquer outra ordem. A eliminação do preconceito e da discriminação, em todas as suas expressões, continuará a ser uma prioridade da política externa brasileira em direitos humanos.

DIREITOS DA MULHER

- A inclusão, entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de objetivo relacionado à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas ancora-se no valor universal da igualdade de direitos entre homens e mulheres. A busca pelo desenvolvimento não pode avançar sem o enfrentamento decidido de toda forma de

desigualdade e de discriminação.

- Para o Brasil, país majoritariamente feminino e afrodescendente, promover a realização equitativa de direitos e de oportunidades, inclusive por meio de ações afirmativas, não é apenas um imperativo de justiça, mas uma aposta num futuro melhor.

- Estamos convencidos de que não será possível desenvolver o potencial pleno do país sem superar toda e qualquer forma de discriminação que afete o gozo equitativo de direitos e garantias fundamentais, assim como o acesso equitativo a oportunidades, a todos os nossos cidadãos.

CRIANÇAS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS, PESSOAS LGBTI

- Sabemos que a realização universal dos direitos humanos requer atenção dedicada a todos aqueles que estão em situação mais vulnerável a qualquer tipo de discriminação, privação, violência ou intolerância.

- Avanços importantes têm sido registrados na garantia de direitos de crianças, pessoas com deficiência, pessoas idosas, assim como pessoas LGBTI. Esses avanços não admitem retrocesso. A promoção e proteção dos direitos humanos de grupos vulneráveis são objetivos que continuarão a informar ações promovidas ou apoiadas pelo Brasil perante o Conselho de Direitos Humanos.

DIREITO À PRIVACIDADE

- Entre os desafios que têm reclamado a atenção deste foro, figura, certamente, a proteção do direito à privacidade. Embora expressamente consagrado na Declaração Universal de Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o tema merece atenção redobrada deste órgão, sobretudo em vista dos novos desafios impostos pelos desenvolvimentos tecnológicos da era digital.

- Saudamos, nesse contexto, a adoção de resolução pelo Conselho que criou mandato de relator especial sobre o direito à privacidade. Confiamos em que o CDH tratará de modo consistente essa questão, a qual terá impactos duradouros sobre o futuro das relações humanas, o espaço da sociedade civil e a liberdade de opinião e de expressão.

JORNALISTAS

- O papel fundamental desempenhado por uma imprensa livre e ativa em todas as sociedades deve ser sempre ressaltado por este Conselho. O Brasil atribui grande importância à proteção de jornalistas. É inaceitável qualquer ato de violência ou de ameaça que atente contra a vida e a integridade física de jornalistas e contra suas liberdades de opinião e de expressão. Cabe recordar que a segurança de jornalistas vai além de sua proteção física. Os profissionais da mídia são mais vulneráveis a atos de vigilância arbitrária, que atentem contra sua privacidade. Para que possam exercer sua profissão plenamente, jornalistas devem ter seu direito à privacidade assegurado, tanto "off-line", quanto "online". O Brasil continuará apoiando de forma determinada iniciativas que caminhem nessa direção.

JOGOS OLÍMPICOS DE 2016

- O Brasil espera, de braços abertos, cidadãos de todo o mundo para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.
- Estamos convencidos de que o esporte constitui instrumento de promoção da paz, da inclusão social e da tolerância, assim como de luta contra toda forma de discriminação.
- Contamos com o apoio de todos às iniciativas submetidas ao Conselho que tenham por objetivo a promoção e proteção dos direitos humanos por meio do esporte.

AGENDA 2030

- Em meio a tantos e tão difíceis desafios, a adoção, em setembro último, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) projeta esperança na capacidade humana. A incorporação transversal da meta de redução de desigualdades entre os ODS é um ganho ancorado na perspectiva dos direitos humanos.
- A realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável exigirá solidariedade global, não apenas como uma expressão de generosidade e altruísmo, mas como reconhecimento de nossa humanidade comum, de nossa interdependência intrínseca e de nosso destino único. O enfrentamento da mudança do clima, a erradicação da pobreza extrema e a construção de oportunidades equitativas para todos constituem prioridades para o Brasil.

DIREITO HUMANO À SAÚDE

- O Brasil permanece atento à defesa do direito humano à saúde no Conselho de Direitos Humanos. Os indícios colhidos em meu país da possível correlação entre o aumento dos casos de crianças nascidas com microcefalia e a contaminação pelo vírus zika, ilustra, de modo cabal, a importância de integrar a vertente dos direitos humanos a políticas de saúde.
- A superação desse desafio requer provisão de acesso equitativo à saúde. Requer precaução, mas também diligência, transparência de informação e mobilização da população.
- Já na década de 1990, o Brasil demonstrou a importância de integrar a perspectiva dos direitos humanos a políticas de saúde na prevenção e tratamento do HIV/AIDS. Disso extraímos lições que continuam válidas e atuais. Consideramos oportuno, uma vez mais, conferir visibilidade a este tema, por meio do painel que se realizará durante a presente sessão do CDH, o qual esperamos ofereça elementos importantes para consideração dos Estados-Membros.

SITUAÇÃO NO BRASIL

- O Brasil é historicamente um país de acolhida. Nos últimos anos, recebemos sírios, palestinos, haitianos, colombianos - ao todo, 81 nacionalidades estão presentes hoje no Brasil.

- Nesse momento de crise humanitária, estamos dispostos a fazer a nossa parte para apoiar pessoas em necessidade de proteção internacional. Somos um país multiétnico, que convive com as diferenças e conhece sua importância para nos tornarmos mais fortes, mais ricos, cultural, social e economicamente.

- Os avanços sociais que logramos nos últimos anos foram obtidos em ambiente de instituições democráticas sólidas. A democracia brasileira se fortalece ainda mais com medidas que visam a promover a igualdade de oportunidades e quando a autoridade assume o limite da lei como seu próprio limite.

- O Brasil continuará trilhando o caminho da democracia e da justiça social e não abrirá mão das conquistas pelas quais tanto lutamos.

- Ao longo deste ano, como país observador, manteremos postura proativa no Conselho de Direitos Humanos. Esperamos contar com o apoio de todos para que, em 2017, possamos voltar ao Conselho de forma plena. Registro aqui o meu compromisso, em nome do Estado brasileiro, de seguir trabalhando de forma incansável pela promoção e respeito dos direitos humanos e pelo fortalecimento deste órgão fundamental das Nações Unidas.